

N.F. Nº - 281392.0236/23-9
NOTIFICADO - MARIA AUXILIADORA CARTAXO PENALVA
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 28/05/2024

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0055-06/24NF-VD**

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO A MENOR. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Descrição da infração trata da ocorrência de doação de créditos, sem recolhimento do imposto. Conquanto a situação fática trata da transmissão “Causa Mortis” de bens, realizada em outra unidade da Federação, fruto do falecimento do genitor da Notificada, o que inquina de nulidade o presente lançamento. Instância única. Notificação Fiscal NULA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 16/11/2023, exige da Notificada ITD no valor de R\$ 12.136,12, acrescido de multa equivalente a R\$ 7.281,67 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 4.371,43, perfazendo um total de R\$ 23.789,22, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 041.001.001: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva com anexos (fls. 18/60) alegando inicialmente a tempestividade da impugnação e sintetizando o conteúdo do lançamento, para em seguida afirmar que não ocorreu cometimento de irregularidade, conquanto o crédito que recebeu foi oriundo de herança deixada por seu genitor, que tinha como residência e domicílio a cidade da Cajazeiras, que se localiza no estado da Paraíba. Tendo sido o inventário de seus bens processado nessa mesma cidade, fato que fulmina a competência e legitimidade do estado da Bahia, para pretender exigir qualquer tributo sobre tal recebimento.

Pontua que era filha do Sr. JOSÉ RAFAEL CARTAXO, que faleceu no dia 06/06/2014, aos 91 anos de idade, na cidade de Sousa, localizada no estado da Paraíba, conforme prova o Atestado de Óbito anexo (doc. 02). Aduzindo que os herdeiros promoveram o inventário extrajudicial do falecido no 2º ofício do Cartório Antônio Holanda, localizado na cidade de Cajazeiras/PB, consoante anexo (doc. 03). Esclarece que, por ocasião da morte já tramitava na Justiça do Trabalho da 5ª Região o Processo Judicial nº 0163000.24.1974.5.05.0003, que consistia em reclamação trabalhista movida pelo falecido contra o Banco do Brasil, do qual resultou reconhecimento de substancial crédito em favor do falecido, mas que uma vez ocorrido o óbito, foi transmitido aos respectivos herdeiros, conforme anexo (doc. 04). Assevera que a inventariante, Sra. CILI ROLIM CARTAXO, em 13/12/2018, transferiu para sua conta corrente o valor de R\$ 345.036,72, referente a sua cota-parte (doc. 05). Ressaltando que a diferença entre o valor que declarou no IR ano calendário 2018, equivalente a R\$ 346.746,29 e o depositado pelo familiar, decorreu de despesas comuns partilhadas entre os herdeiros.

Para embasar suas alegações menciona o art. 155, § 1º, incisos II da Constituição Federal, que trata da competência para se exigir o ITD, bem como cita o art. 8º, inc. II, alínea “a” da Lei Estadual nº

4826/89, que se refere ao local onde se processa o inventário. Firma que acusação fiscal tratou da ocorrência de uma doação de créditos, sem recolhimento do imposto, conquanto a situação fática foi recebimento de herança. Finaliza a defesa requerendo o acolhimento integral da impugnação, para reconhecer a ilegitimidade do estado da Bahia para tributar o crédito recebido. Protestando provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a juntada de novos documentos e demais que se fizer necessários à compreensão dos fatos.

Na fl. 63, consta a Informação Fiscal, prestada pelo Notificante, na qual sintetiza o conteúdo do lançamento, assim como da impugnação, ressaltando que foram anexados a Escritura do Inventário, bem como o Processo de Indenização Trabalhista. Para, em seguida, asseverar que: 1) No inventário, consta que a viúva meeira foi a inventariante (fl. 27) e que a Notificada foi uma das herdeiras (fl. 26) e 2) No processo de indenização trabalhista, consta o deferimento de habilitação para os herdeiros e para a Notificada (fl. 34), assim como a transferência bancária do valor de R\$ 345.036,72, recebida da inventariante. Ressaltando que a diferença entre esse valor e o lançamento no IR ($R\$ 346.746,37 - R\$ 345.036,72 = R\$ 1.709,65$), que geraria um imposto de R\$ 59,83, pela aplicação da alíquota de 3,5%, refere-se, provavelmente a algum rendimento na conta, o qual aplicando-se o princípio da materialidade, considera desprezível. Finaliza a Informação Fiscal sugerindo a improcedência total do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$ 12.136,12, acrescido de multa equivalente a R\$ 7.281,67 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 4.371,43, perfazendo um total de R\$ 23.789,22 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Afirma o Notificante que a Contribuinte declarou doação de R\$ 346.746,37 no IR ano calendário 2018, tendo sido intimado via Aviso de Recebimento – AR e houve retorno postal (fl. 01). Pertinente registrar que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Em preliminar, entendo pertinente registrar que na dicção do art. 2º do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99), a instauração, o preparo, a instrução, a tramitação e a decisão do processo administrativo são regidos, dentre outros princípios, o da verdade material, da legalidade, da garantia de ampla defesa e do devido processo legal.

“RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito.

(...)”

Por sua vez, o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

“CTN - LEI Nº 5.172/1966

(...)

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, **determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido**, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.(grifos nosso)

(...)"

Destaco ainda que o art. 20 do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99) expressamente determina que a nulidade seja decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

"RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 20. A nulidade será decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

(...)"

Do exame das peças processuais, observo a existência de vícios jurídicos intransponíveis relativos à legalidade do lançamento, que é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação, observando o devido processo legal. Inicialmente verifico que, no presente caso, tratou-se, de fato, da ocorrência de um **recebimento de herança**. Conquanto a acusação fiscal trata da existência de **doação de créditos**, sem recolhimento ou recolhimento a menor de imposto (fl. 01).

Outro vício intransponível existente no presente lançamento trata da incompetência do Estado da Bahia para exigir imposto relativo à transmissão "*Causa Mortis*" de bens ocorrida em outra unidade da Federação, consoante prevê o art. 155, § único, inciso I e II da Constituição Federal. Nos termos expendidos, voto pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar NULA, em instância única, a Notificação Fiscal nº 281392.0236/23-9, lavrada contra **MARIA AUXILIADORA CARTAXO PENALVA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de março de 2024

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR – PRESIDENTE

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

MAURICIO SOUZA PASSOS - JULGADOR